UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIELE JULIANE KESSLER

AGRICULTURA FAMILIAR E BENEFÍCIOS DO PNAE PARA OS PRODUTORES DE CERRO LARGO/RS.

CERRO LARGO (RS)
2017

MARIELE JULIANE KESSLER

AGRICULTURA FAMILIAR E BENEFÍCIOS DO PNAE PARA OS PRODUTORES DE CERRO LARGO/RS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo.

Orientadora: Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

CERRO LARGO (RS)

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Kessler, Mariele Juliane
Agricultura Familiar e Benefícios do PNAE para os Produtores de Cerro Largo/RS/ Mariele Juliane Kessler. -- 2017.
65 f.:il.

Orientadora: Denise Medianeira Mariotti Fernandes.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração , Cerro Largo, RS, 2017.

1. Agricultura Familiar. 2. Segurança Alimentar. 3. PNAE. 4. Políticas Públicas. 5. Desenvolvimento Regional. I. Fernandes, Denise Medianeira Mariotti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIELE JULIANE KESSLER

AGRICULTURA FAMILIAR E BENEFÍCIOS DO PNAE PARA OS PRODUTORES DE CERRO LARGO/RS.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
22 de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Msc. Letiane Peccin Ristow

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por me conceder o Dom da vida e por ser essencial nela. Ao meu pai Nelson, minha mãe Dulce que me apoiaram em todos os momentos, me dando forças para que eu fosse capaz de vencer mais esse desafio em minha vida.

Mariele

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me dar saúde e força para conseguir superar as dificuldades vivenciadas durante a trajetória acadêmica e ao longo da minha vida.

Aos meus pais Nelson e Dulce, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Obrigada por não medirem esforços para que eu pudesse sempre seguir em frente. Muita gratidão!

Aos amigos que fiz na vida acadêmica, foram momentos inesquecíveis. Destes amigos, um agradecimento especial às minhas amigas Aline, Liara, Joice e Patrícia que sempre estevem ao meu lado em todos os momentos.

À minha Professora Orientadora Denise Medianeira Mariotti Fernandes que foi importantíssima para a elaboração desse trabalho. Agradeço pela sua compreensão, paciência e apoio de sempre.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

Obrigada à todos!

RESUMO

A agricultura familiar é de grande relevância para os produtores rurais e para o município, além de contribuir para uma alimentação saudável dos alunos. A mão-de-obra da agricultura é disponibilizada pelo núcleo familiar. Assim, para fortalecer a permanência dos produtores no campo foi elaborado o Programa Nacional de Alimentação Escolar que é a maior e mais antiga política pública no Brasil, na área o qual está vinculado ao Ministério da Educação e recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. O objetivo do estudo consiste em Investigar os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas, conforme percepção dos gestores da propriedade. A metodologia utilizada é caracterizada como pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, a partir de fontes primárias. A amostra conta com 6 produtores que estão cadastrados na Coopacel e que participam do PNAE. Portanto, é notável que necessita-se de maior incentivo aos agricultores para a permanência no campo. E conclui-se que o PNAE traz diversos benefícios para os produtores de Cerro Largo/RS, complementando a renda familiar, gerando emprego e abrindo novos canais para comercializarem seus produtos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Segurança Alimentar. PNAE. Políticas Públicas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Family farming has great importance for the rural farmers and cities; besides, it contributes on healthy eating for students. The agriculture handwork is available by the family core. Thus, to reinforce the permanency of farmers on the countryside a National Scholar Feeding Program was developed, the oldest and biggest public policy in Brazil, bounded with the Ministry of Education, and that receives resources from the National Fund of Education Development. The goal of this study is to investigate the NSFP benefits for the family farmers at Cerro Largo/RS that provide food to the schools, according to the property managers. The methodology used is characterized as a descriptive survey with qualitative approach, through primary sources. The sample totalized 6 farmers enrolled at Coopacel and who participate at NSFP. Therefore, it is verify that more encouragement is needed for the farmers permanency on the countryside. It is also conclude that NSFP brings various benefits for the Cerro Largo/RS' farmers, complementing the family income, creating jobs and unfolding new channels to negotiate their products.

Keywords: Family Farmers. Safety Feeding. NSFP. Public Policy. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rúcula fornecida para as escolas.....53
Figura 2 – Rúcula fornecida para as escolas.....53
Figura 3 – Queijo fornecido para as escolas.....54
Figura 4 – Cuca fornecida para as escolas.....54
Figura 5 – Cuca fornecida para as escolas.....55
Figura 6 – Ovo fornecido para as escolas.....55
Figura 7 – Alface fornecida para as escolas. 56
Figura 8 – Alface fornecida para as escolas. 56
Figura 9 – Agrião fornecido para as escolas.....57
Figura 10 – Repolho fornecido para as escolas. 57
Figura 11 – Diversos alimentos fornecidos para as escolas. 58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos produtores rurais. 35
Gráfico 2 – Quantitativo de pessoas que trabalham na produção de produtos. 36
Gráfico 3 - Quanto tempo residem no meio rural. 37
Gráfico 4 - Anos de participação no PNAE 42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Análise de categorias.....33
Quadro 2 - Declaração dos entrevistados sobre Assistência Técnica na propriedade.....38
Quadro 3 - Alimentos cultivados e fornecidos pelos produtores rurais. 38

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
COOPACEL	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cerro Largo
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBSP	Sociedade Brasileira de Sistema de Produção
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 TEMA DA PESQUISA 15
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA 15
1.3 OBJETIVOS 16
1.3.1 Objetivo Geral 16
1.3.2 Objetivos Específicos 16
1.4 JUSTIFICATIVA 16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO 18
2 REFERENCIAL TEÓRICO 19
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR 19
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS 22
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) 25
2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL 28
3 METODOLOGIA 31
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 31
3.1.1 Quanto aos objetivos 31
3.1.2 Quanto à abordagem do problema 31
3.2 COLETA DE DADOS 32
3.3 ANÁLISE DOS DADOS 33
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS 35
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE FORNECEM ALIMENTOS PARA O PNAE 35
4.2 DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PELOS PRODUTORES PARA FORNECER PRODUTOS PARA O PNAE 39
4.3 OPORTUNIDADES DE TRABALHO OBTIDAS A PARTIR DO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA O PNAE 39
4.4 NOVAS OPORTUNIDADES DE ACESSO DE MERCADO A PARTIR O FORNECIMENTOS DE ALIMENTOS PARA O PNAE 40
4.5 DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS NO PNAE 41
4.6 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 47

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 49
ANEXO A- Figuras dos produtos cultivados e fornecidos pelos produtores familiar de Cerro Largo/RS. 53
APÊNDICE A- Roteiro semi-estruturado para entrevista com os agricultores 59
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE 60

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa uma importante função para garantir a qualidade e a segurança alimentar escolar, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agro biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, a maioria dos alimentos que suprem as necessidades alimentares da comunidade provém da agricultura familiar.

A agricultura familiar pode ser compreendida como o cultivo da terra por produtores, tendo em vista que a mão de obra disponibilizada é basicamente do núcleo familiar (CONAB, 2016). Porém, segundo Migon (2013), o fomento que é disponibilizado ao produtor é insuficiente e isso acaba ocasionando um esvaziamento na agricultura familiar trazendo desvantagens para a população em geral, uma vez que, as propriedades acabam sendo monocultivadoras e os grandes centros ficam superlotados.

Para fortalecer a permanência dos produtores no campo foi elaborado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é a maior e mais antiga política pública nesta área no Brasil. O PNAE foi criado em 1954 no Ministério da Saúde e formalizado em 1955 no Ministério da Educação e Cultura por meio do decreto n° 37.106/55, sendo coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo Saraiva et al (2013), a alimentação escolar é compreendida como estratégia para garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos alunos, portanto, é considerada um direito dos estudantes. Ultimamente, novas diretrizes de execução do PNAE foram estipuladas a partir da Lei Federal n° 11.947 e da Resolução n° 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promulgadas em julho de 2009.

Cabe ressaltar, que os agricultores familiares necessitam de apoio de políticas públicas para lhes incentivar a produzir alimentos mais sustentáveis, uma vez que, esse apoio é considerado primordial, não somente para geração de emprego e renda, mas como uma maior diversidade de produtos com uma oferta de alimentos de maior qualidade, com menor custo de transporte e uma maior credibilidade do alimento, promovendo, assim, uma aproximação entre produtores e consumidores (SARAIVA et al, 2013).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável pelos repasses de recursos financeiros para a alimentação escolar dos estados e municípios, e a quantidade de recurso a ser repassado é baseado no número de alunos matriculados na educação básica. Uma das diretrizes determina que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total dos recursos repassados devem ser usados parar adquirir alimentos, preferencialmente

orgânicos, gerados pela agricultura familiar (AF) e do empreendedor rural ou de suas organizações, privilegiando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e isso deve ser feito através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação (SARAIVA et. al, 2013). Neste contexto, o PNAE visa atender as necessidades das instituições, fazendo com que tenham acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, garantindo a segurança alimentar e nutricional de todos os alunos.

Com isso, Saraiva (2013) afirma que o avanço da gestão da alimentação escolar no Brasil, visto que o planejamento e a forma de compra de alimentos, foram essenciais para o fortalecimento do programa e, principalmente, da agricultura familiar. Foi através do PNAE que os produtores familiares passaram a ter oportunidade de continuar nas suas propriedades, proporcionando maior inserção e atuação direta na economia local produzindo outras variedades de alimentos com a garantia de venda, contribuindo para a manutenção de hábitos alimentares saudáveis, gerando emprego e aumentando a renda das famílias rurais (MIGON, 2013). Investigou-se esse tema, visto que muitos não têm conhecimento sobre a importância da alimentação escolar e quais são os benefícios do PNAE. Dessa maneira, esse estudo auxilia os produtores e alunos a compreender o valor da agricultura familiar, para a garantia de uma alimentação balanceada e saudável e entenderem quais são os propósitos do programa PNAE. O interesse em investigar sobre esse tema tornou-se ainda maior, pois a pesquisadora reside em uma propriedade rural e, assim, ampliou seus conhecimentos relacionados à agricultura familiar.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo investigar os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas, conforme percepção dos gestores da propriedade.

1.1 TEMA DA PESQUISA

Agricultura Familiar e Benefícios do PNAE para os produtores de Cerro Largo/ RS.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas, conforme percepção dos gestores da propriedade.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Descrever as medidas tomadas pelos produtores da agricultura familiar para fornecer alimentos para o PNAE;
b) Identificar, conforme a percepção do produtor familiar, as novas oportunidades de trabalho;
c) Identificar, conforme a percepção do produtor familiar, as novas oportunidades de acesso ao mercado;
d) Apresentar as dificuldades encontradas no fornecimento de produtos no PNAE.

1.4 JUSTIFICATIVA

O avanço das políticas públicas oportunizou uma melhoria na renda da agricultura familiar e possibilitou que o produtor comercializasse seus produtos para a merenda escolar. Segundo Reinach, Corá e Bonduki (2012), encontramo-nos em meio a uma economia competitiva e exclusiva para os grandes fornecedores, na qual deveriam ser criadas políticas públicas que garantissem a melhoria na qualidade da alimentação dos alunos e também que garantissem uma reserva de mercado aos agricultores familiares para que pudessem comercializar os seus produtos. Para isso, foi elaborada a lei n° 11.947/2009, que traz para o cenário brasileiro a obrigatoriedade da compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Neste mesmo contexto, complementando a ideia do Reinach, Corá e Bonduki, Bavaresco (S/D apud PORTAL BRASIL, 2014, p.1) salienta que:

> A lei da merenda escolar foi um grande avanço para o nosso setor, porque abriu um vasto mercado para os produtos da agricultura familiar que às vezes, tinha dificuldade de comercializar nesse canal. Hoje, temos visto que, em alguns lugares, há mais demanda do que a capacidade de oferta.

Cabe mencionar que ter uma alimentação saudável em um ambiente escolar é de suma importância para os alunos, pois, segundo Azevedo (2014), a Constituição Federal de 1988, por meio do inciso VII do artigo 208, passou a assegurar o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, cabendo aos entes federados essa promoção. Sendo que, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em 2010, a alimentação também

passou a ser um direito social, com isso, compreende-se que todas as pessoas têm acesso garantido à alimentação adequada e saudável por meios próprios e sustentáveis. Azevedo (2014, p.10), ressalta que:

> O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE desenvolve um papel crucial diante dessa temática, por procurar garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos. Ao mesmo tempo em que procura contribuir para o processo de crescimento, de desenvolvimento e rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes.

Ainda nesse mesmo contexto, os autores Sizer e Whitney (2003) afirmam que a alimentação é um dos elementos mais significativos em qualquer fase da vida, uma vez que, através de uma refeição balanceada o organismo é suprido de energia e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento e conservação de sua saúde. Outro elemento nutricional que se deve levar em conta é a variedade e o aumento da oferta de alimentos industrializados, os quais podem influenciar os padrões alimentares da população, principalmente a infantil, visto que os primeiros anos de vida se destacam como um período muito importante para o estabelecimento dos hábitos. Sabe-se que o excessivo consumo de alimentos industrializados pode prejudicar a saúde na fase inicial até na fase adulta. Muitos alimentos industrializados são ricos em gorduras e carboidratos refinados, apontando elevado valor energético. Dessa forma, o aumento no consumo de alimentos industrializados pode reduzir o consumo de alimentos “in natura” (AQUINO, 2002 apud SAVOIA et al, 2009).

Diante disso, cabe às escolas disponibilizar uma alimentação de qualidade para os seus alunos, pois ao proporcionar tal oferta, os alunos terão um maior aproveitamento do ambiente escolar e o fortalecimento da vitalidade destes no mesmo ambiente. Assim sendo, a alimentação se mostra como um elemento essencial na vida de uma criança, tanto na escola quanto na sociedade, pois os autores Ribeiro e Silva (2013) salientam que uma criança bem alimentada demonstra disposição e desenvolvimento em suas habilidades.

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a agricultura familiar é a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), pois, no Brasil, 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar, assim como é responsável por 56% da produção agrícola mundial (SICREDI, 2014). Mesmo assim, muitas vezes não é reconhecido o fato de que a agricultura familiar, com áreas superiores a agricultura patronal, tem uma participação bastante significativa na produção agrícola de uma região. Assim, a produção familiar é tida como a principal atividade econômica de muitas regiões da nossa nação e precisa ser fortalecida, pois a gama de oportunidades para os produtores no que tange

a empregabilidade e renda é muito importante. É preciso garantir-lhes acesso fácil ao crédito, condições e recursos tecnológicos para a produção e manejo sustentável de seus estabelecimentos, bem como garantias de comercialização da sua produção agrícola (NAZZARI; BERTOLINI; BRANDALISE, 2007).

Para dar maior contribuição ao trabalho e se ter maior conhecimento sobre o assunto investigado, analisou-se os últimos três anos dos eventos nacionais Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP) e também o Seminário Internacional da UNISC para que fosse possível analisar a quantidade de publicações relacionada à área estudada. Com isso, pode-se constatar que há pouca publicação relacionada à área estudada, totalizando 28 artigos, ressaltando que não há nenhum artigo que considera a região de Cerro Largo/RS.

Portanto, esse estudo se tornou ainda mais relevante para os agricultores, pois o PNAE representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo e é de suma importância para os alunos da rede pública de ensino, pois o acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas é um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais.

Conclui-se assim, que este projeto é de grande relevância para os produtores da agricultura familiar, pois, percebeu-se que, através do PNAE este segmento ganhou um novo mercado de comercialização para os seus produtos. Além disso, através deste programa os alunos começaram a ter à sua disposição uma alimentação mais saudável através da merenda escolar.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado a parte introdutória, que engloba a introdução, tema e problema de pesquisa, objetivos (geral e específicos), justificativa e estrutura do trabalho. O segundo capítulo traz a revisão da literatura, onde são apresentados conceitos da agricultura familiar, sobre políticas públicas, um item relacionado ao PNAE e por último sobre desenvolvimento regional. No terceiro capítulo é apresentado a metodologia e em seguida, no quatro capítulo, é apresentado as análises e discussões dos resultados. Logo após, no quinto capítulo, é apresentado as considerações finais e por último, é apresentada as referências utilizadas na construção do presente estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta etapa é o momento em que se procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema em outras pesquisas, projetos, além disso, o referencial teórico é o que possibilita fundamentar, dar corpo ao estudo. O processo de revisão da literatura deve ser capaz de criar uma ampla compreensão sobre o conhecimento, através da elaboração de uma síntese baseada em diferentes tópicos. De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011) a revisão da literatura é o primeiro passo para a construção do conhecimento científico, pois é através desse processo que novas teorias surgem, bem como são reconhecidas lacunas e oportunidades para o surgimento de pesquisas num assunto específico.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

É ampla a discussão sobre a agricultura familiar e esta define-se pelo comando da família sobre os meios produtivos e ao mesmo tempo é a principal responsável pela realização do trabalho. A agricultura familiar é de suma importância para o município, visto que permite alavancar a economia local e, por meio desta, melhorar a qualidade de vida da população. Portugal (2004) esclarece que agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por agricultores rurais, tendo em vista que a mão-de-obra é basicamente constituída por membros da família.

Acredita-se que a transformação da agricultura familiar se desenvolveu por ter ligação muito forte com origens coloniais de economia e da sociedade brasileira, e acredita-se que esta surgiu em condições muito precárias, principalmente, da terra e das técnicas de produção, Abramovay (2007, p. 21) afirma que “o avanço, a transformação tecnológica, a alta produtividade só podem advir da grande unidade capitalista, incorporada de inovação técnica e baseada no trabalho assalariado”, assim, percebe-se que o número de pequenos produtores rurais que estão engajados na luta diária de sobrevivência em meio a um contexto econômico e social é muito alta.

Entre os anos 1970 à 1980, a agricultura familiar não era considerada relevante para o desenvolvimento rural, e a mesma era conhecida pela expressão “pequenos produtores”, pois se acreditava que tinham seu futuro marcado pela eliminação, cedendo lugar a empresa agropecuária, no processo de modernização capitalista, e devido à grande pobreza que existia no meio rural as pessoas migravam para os meios urbanos para minimizar essa pobreza (SCHMITZ; MOTA, 2008)

Diante desse contexto, durante os anos 1990, segundo Teodoro et al (2005) ocorreu um crescente incentivo à agricultura familiar, devido à sua relevância para a sustentabilidade, em virtude do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão-de-obra vinda da agricultura. Complementando, Schmitz e Mota (2008, p. 910) afirmam que:

> Na última década, a importância da agricultura familiar se mostra também nas políticas públicas, resultado de reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo os destaques a Reforma Agrária, o Censo da Reforma Agrária, o Projeto Lumiar, o Pronaf e o Programa 09 sobre Agricultura Familiar da Embrapa que, embora extinto, foi um marco nos anos 1990, considerando que foi uma das primeiras iniciativas dessa empresa de sistematização das suas ações com este segmento social.

O autor Dinardi (2001, p. 56) afirma ainda que o termo da agricultura familiar seja relativamente recente no Brasil:

> Tem, talvez, uns dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social.

Diante disso, Campos (2011) afirma que a importância da agricultura familiar decorre de seu papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos. Portanto, ressalta-se que existe um programa de fomento à agricultura familiar, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como principal finalidade desenvolver a geração de renda e aprimorar a utilização da mão-de-obra familiar, por intermédio de financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento ou empreendimento rural, de acordo com a sua realidade (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011).

Dessa forma, o que é produzido na agricultura familiar apresenta-se como uma alternativa sustentável para a alimentação escolar, uma vez que, segundo o Censo Agropecuário (2006), 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm da agricultura familiar. Essa porcentagem se fraciona da seguinte maneira: 70% do feijão, 87% da mandioca, 59% da produção de suínos, 58% da bovinocultura de leite, 46% do milho, 50% de aves e ovos, 34% do arroz (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Outro aspecto importante é ressaltado pela CODAF (2016, p.1):

> Quando os produtores se adaptam à agricultura familiar, eles tem direito a uma série de vantagens, como por exemplo, políticas públicas eficazes, que são do âmbito municipal, estadual e federal. Essas políticas públicas envolvem programas de incentivos à comercialização agrícola, crédito para investimentos ou custeios de safras, seguros de produção e aquisição de terras, porém para ter acesso a esses programas, eles precisam se enquadrar nas diretrizes definidas pela Lei n°11.326/2006 e também possuir uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Consequentemente existem vários modelos de certificações que os agricultores buscam para poder qualificar seus produtos, garantindo a padronização e a qualidade dos mesmos. E para tanto, surgiu à política pública relacionada à alimentação escolar, no âmbito PNAE. Para que os produtores forneçam alimentos para as escolas, eles devem se enquadrar em dois grupos, o grupo formal e informal, esses grupos definem os agricultores que distribuem individualmente e os que fornecem organizados em associações e/ou cooperativas. Para melhor compreensão desses conceitos, utilizou-se as definições do Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

Segundo o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar (2016, p.8), compreendem-se os conceitos da agricultura familiar da seguinte forma:

> **Agricultor e Agricultora Familiar:** De acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor 4 (quatro) módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Complementando a ideia do Manual, os autores Bittencourt e Bianchini (1996 apud TINOCO, 2008) ressaltam que agricultor familiar é aquele indivíduo que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que a base da mão-de-obra utilizada para a realização das atividades é obtida do núcleo familiar. Sendo autorizado terceirizado na propriedade, de forma temporária, quando a atividade agrícola precisar.

Ressalta-se ainda, que existe uma conexão entre agricultura familiar e a alimentação escolar e esta se fundamenta nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange, segundo o Manual de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (2016, p.4):

> • ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
> • ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

Considerando-se o abastecimento alimentar, a agricultura familiar destaca-se por desenvolver culturas variadas e que, apesar da pequena escala, distinguem-se por sua qualidade e por sua característica altamente distribuída. Assim, cada vez mais vem colaborando para o desenvolvimento social e para equilibrar a região, pois através de vários pequenos produtores é um setor em crescimento e de inteira relevância para nossa região, tendo como objetivo a busca por saldos positivos na balança comercial da região, que recebe forte contribuição das exportações agrícolas, podendo até esconder a importância da agricultura familiar dentro do cenário econômico produtivo. Porém, ressalta-se seu papel fundamental no abastecimento alimentar brasileiro, contribuindo para geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas. (CoDAF, 2016).

Os agricultores por terem uma baixa renda e por serem responsáveis pela produção de alimentos essenciais precisavam encontrar um meio para investir e ter como produzir mais e gerar mais renda, e com isso o Pronaf e o PNAE encontraram um meio de disponibilizar essa oportunidade para o agricultor. O governo tem interesse em fortalecer e desenvolver essa produção que é feita de forma conjunta e assim gerar mais renda para todos. Assim sendo, os autores concordam que a agricultura familiar pode ser vista como aquela onde predomina o trabalho dos componentes da família nas diversas atividades trabalhistas da propriedade. Embora tenham vários estudos relacionados à agricultura familiar, ainda assim, existe uma ausência quanto à situação de segurança alimentar dos agricultores familiares.

A partir das informações sobre a agricultura familiar na região acerca da participação dos insumos agrícolas produzidos e que contribuem de forma significativa para a alimentação da maior parte da população do nosso país, bem como nas gerações de emprego e renda (LIMA; SILVA, S/D), a seguir será analisado as políticas públicas, principal mecanismo que objetiva o fortalecimento da agricultura familiar através do pequeno produtor rural.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A sua caracterização é ampla e muitos autores apresentam definições complementares a respeito da mesma, por isso pode-se compreender que políticas públicas é um conjunto de planos e programas de ação governamental, elaboradas com o propósito de desenvolver melhorias relacionadas ao interesse da sociedade, principalmente dos setores marginalizados da sociedade. Portanto, elas desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades sociais no país, tendo como objetivo proporcionar uma melhor redistribuição

de renda e oferecer novas oportunidades para a inclusão social e econômica de uma parcela da população geralmente excluída da sociedade brasileira. A discussão sobre as políticas públicas vem ganhando maior espaço nas agendas governamentais à medida que permite orientar e avaliar as ações dos governantes nas diversas áreas de atuação (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006, p.23) considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro "pais" fundadores, que são: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, portanto:

> Laswell em 1936 introduziu a expressão análise de política pública, nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon em 1957 estabeleceu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, argumentando que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom em 1959-1979 questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisória o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. E também, Easton em 1965 contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Nesse contexto, Schneider (2003, p. 2) acredita que o fomento para a pluriatividade seria uma ótima política de fomento vendo a pluriatividade "como uma das formas para promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vida das famílias rurais". O mesmo autor ainda acredita que "através da pluriatividade os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção assim como aumentar as fontes e as formas de acesso à renda".

Segundo Socher (2008) políticas públicas voltadas ao espaço rural, principalmente para a agricultura familiar, onde se encontram consideráveis dificuldades em relação à produção e comercialização dos produtos, buscam oferecer novos mecanismos aos agricultores familiares, para que estes possam aumentar sua renda e permanecer no campo com suas famílias, comercializando os diversos tipos de produtos produzidos. Em contrapartida, o autor Singer (2003) revela que as políticas públicas tradicionais não possuem capacidade de promover a criação de novas vagas em empregos tradicionais em um ritmo que sanaria as necessidades da população, fazendo com que cada vez mais haja o aumento dos que trabalham por conta própria, seja formal ou informalmente. Para isso, surgem novos modelos de políticas públicas específicas e de apoio aos agricultores familiares.

Diante disso, Dinardi (2001, p. 57-58) nos revela que:

> No que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destacam-se hoje no país, a Previdência Social e o Pronaf. A previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As

> aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país, [...] e o Pronaf é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. O Pronaf é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas.

Assim sendo, políticas públicas para Souza (2006) é um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos. Complementando, o autor Teixeira (2002, p.2) ressalta que:

> Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Ainda segundo Teixeira (2002, p.2) compreende-se que políticas públicas:

> No seu processo de elaboração e implantação e, principalmente, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, dessa maneira, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter êxito.

Quando se discute o tema política pública de segurança alimentar e nutricional, deve-se focar em dois programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ambos os programas são federais com ações locais de segurança alimentar e nutricional, eles se relacionam e proporcionam a elaboração de redes de inclusão social no âmbito municipal. (FLORIAN, 2014). Sodré e Salamoni (2016, p. 3) afirmam que:

> O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído em 2003, com o intuito de assegurar o provimento de alimentos em quantidade, qualidade e constância adequadas para as necessidades de grupos em condição de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando, destarte, a inclusão social dessas populações, além de estimular o fortalecimento da agricultura.

Portanto, para ampliar e efetivar os direitos de cidadania da população, o governo criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, visando assim, promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda e ainda garantindo a segurança alimentar dos alunos. Considerando PNAE como uma política pública, o próximo capítulo a ser abordado é sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A fim de fornecer segurança alimentar e nutricional, além do fortalecimento da agricultura familiar, foi elaborado o PNAE. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2016).

Segundo o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar (2016, p.5), o PNAE representa:

> Uma importante conquista no que refere-se às iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, criando mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, criando mercado para os pequenos produtores, dinamizando a economia local e seguindo em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada.

O PNAE é um programa que garante por meio de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O objetivo do PNAE, segundo o MANUAL PARA APLICAÇÃO DOS TESTES DE ACEITABILIDADE NO PNAE- UNIFESP (2010, p.7) consiste em:

> Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de 1,2,4 refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Para Lopes e Almeida (2012, p. 125) a agricultura familiar desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do programa:

> Em contrapartida, há a classe dos pequenos proprietários de terra que buscam junto ao Estado um maior apoio de forma a garantir minimamente a recriação dos núcleos familiares no campo que mais comumente se dá através da produção de alimentos para autoconsumo e de excedentes comercializados, como o leite, feijão, a mandioca, o arroz, dentre outro; principais produtos que compõem a cesta básica do brasileiro e que por isso, faz com que a pequena propriedade agrícola seja a maior responsável por contribuir para a segurança e a soberania alimentar da nação.

Além de melhorar o consumo alimentar da família com o aumento da variedade e quantidade, principalmente vegetais e frutas, esses produtos beneficiam também os alunos,

pois pode haver diminuição de produtos industrializados e um aumento de alimentos produzidos nas propriedades rurais da região.

Além de possibilitar benefícios para a saúde dos alunos matriculados em escolas públicas o programa serve como incentivo ao desenvolvimento rural, como ressalta Real e Schneider (2011, p. 58-59):

> A capacidade do PNAE de aproximar a segurança alimentar, visando à melhoria da saúde pública, assim como a construção de mercados e políticas de abastecimento alimentar, o torna um aliado na formação de novos hábitos alimentares e uma possibilidade de incentivo ao desenvolvimento rural, uma vez que o programa, principalmente após sua descentralização, tem contribuído, em alguns municípios, para incrementar a alimentação escolar e ampliar o potencial de fomento a produção da agricultura familiar local.

Dentre tantos benefícios que os agricultores conquistam através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, estão, segundo a Emater do Paraná, a criação de mercado para os seus produtos, a valorização da produção de alimentos locais e regionais, o incentivo a organização/cooperação dos agricultores, o incentivo ao empreendimento local e novas oportunidades de negócios e geração de emprego e renda. O PNAE contribui também para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, contribui com a aprendizagem e com o rendimento escolar, e principalmente com uma formação alimentar saudável (EMATER, 2014).

O encontro entre a alimentação escolar e a agricultura tem proporcionado uma mudança relevante, permitindo que alimentos saudáveis e que são produzidos na própria região sejam consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FALIMIAR, 2016, p. 5). Ainda, o Manual faz referência ao desenvolvimento sustentável e afirma que:

> O apoio ao desenvolvimento sustentável local ocorre pela priorização da compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região, com especial atenção aos assentamentos rurais e comunidades indígenas e quilombolas. Nesse sentido, para o município, significa a geração de emprego e renda, fortalecendo e diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIA, 2016, p. 5).

Para que os agricultores possam fornecer alimentos para as escolas através do PNAE eles devem estar organizados em dois grupos, que segundo o Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar (2016, p. 8) são eles:

> **Fornecedor da agricultura familiar:** Para que seja fornecedor, a família deve estar identificada por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf):

> - Em caso de Grupos Formais: São os grupos dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais organizados em cooperativas e associações que possuem DAP jurídica.
> - Em caso de Grupos Informais: São os grupos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que possuem DAP física, organizados com o propósito de vender para a alimentação escolar.

O processo de compra direta dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar se desenvolve em dez etapas, sendo cada uma delas explicadas a seguir. O primeiro passo é o orçamento, sendo nesta etapa a realização de levantamento dos recursos orçamentários disponíveis, ou seja, deve-se verificar qual o valor que o governo federal vai repassar para aquisição de alimentos advindo da agricultura familiar, tendo como base o ano anterior. O segundo passo está relacionado com a articulação entre os atores sociais, sendo nesta etapa a realização do mapeamento dos alimentos da agricultura familiar, isto é, "identificar a diversidade e quantidade do gênero alimentício oferecidos pela agricultura familiar que poderão ser utilizados no cardápio da alimentação escolar" (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIA, 2016, p. 11), sendo importante a presença de um nutricionista.

O terceiro passo envolve a elaboração do cardápio, ou seja, o nutricionista é responsável por esta etapa e é ele quem desenvolve o cardápio de alimentação escolar. O quarto passo é a pesquisa de preço, isto é, fazer uma definição prévia dos preços e então os publicar no edital da chamada pública. No quinto passo se desenvolve a chamada pública, ou seja, "a chamada pública deve conter informações suficientes para que os fornecedores formulem corretamente os projetos de venda, como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entrega e locais de entrega (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIA, 2016, p. 19).

O sexto passo envolve a etapa de elaboração do projeto de venda, isto é, documento formal que demonstra o interesse, por parte dos agricultores, em vender os seus produtos para a alimentação escolar. No sétimo passo tem-se o recebimento e seleção dos projetos de venda, ou seja, nesta etapa os critérios de escolha são: projetos locais, projetos de território rural, projeto do estado e projetos do país, e segundo Manual de aquisição (2016, p.23), "as compras de gêneros alimentícios devem ser feitas, sempre que possível, no mesmo município em que se localizam as escolas."

O oitavo passo envolve a amostra para controle de qualidade, no qual, a avaliação dos produtos é realizada em três critérios e da seguinte forma:

> a) Se atendem às especificações da Chamada Pública;

> b) Se possuem certificação sanitária, quando houver essa exigência;
> c) Se atendem ao teste de amostra, em que seja possível qualificar as suas características sensoriais (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2016, p. 28).

O nono passo é o contrato de compra, isto é, formalizar o compromisso assumido entre a entidade executora e os fornecedores de alimentos. E, o décimo passo envolve a entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamentos dos agricultores, isto é, o termo de recebimento deve ser assinado pela entidade executora e pelos fornecedores, garantindo que lhes foi entregue produtos que estão de acordo com o cronograma previsto no contrato (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIA, 2016).

E o manual ainda ressalta que:

> O acesso e a construção de mercados diferenciados de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser potencializados na medida em que os agricultores estiverem organizados. Por meio de associações e cooperações, os agricultores criam melhores oportunidades de trabalho e fortalecem a comunidade de forma solidária, organizando a produção e facilitando o acesso aos mercados consumidores, com inclusão social e desenvolvimento local. Por isso, o PNAE incentiva a organização, priorizando os agricultores familiares organizados em associações e cooperativas. (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2016, p. 25).

Portanto, por meio deste programa, acredita-se que pode haver incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, havendo assim uma formação de hábitos mais saudáveis.

2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento está relacionado com a melhoria da qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social) e das pessoas que estão vivas e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável), por isso, Conte (2013, p.1-2) afirma que:

> Um dos grandes desafios dos gestores públicos no nível subnacional (estados e municípios) é criar condições para que a atividade empreendedora floresça nos territórios sob sua jurisdição. Se, por um lado, o fomento da atividade empreendedora contribui significativamente para a economia local, na geração de empregos e receitas que resultam em melhor qualidade de vida para a população, por outro lado, as políticas públicas, a legislação e os arranjos institucionais não têm contribuído para que os negócios prosperem facilmente. A utilização do poder de compra governamental significa dar uma função econômica e social à demanda de bens e serviços da administração pública, potencializando o papel do estado como promotor de políticas redistributivas e indutor do desenvolvimento econômico.

Segundo Santos et al. (2012, p. 45-46), palavra desenvolvimento pode ser entendida como crescimento:

> Se consultarmos num dicionário o significado da palavra desenvolvimento, iremos encontrar o significado como "o ato ou o efeito de desenvolver. Fazer crescer. Fazer progredir. Estar em uma velocidade". A primeira idéia que podemos ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo*, e tem subjacente a idéia de progresso.

O mesmo autor afirma que:

> Assim, desenvolvimento adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça "evoluir" a sociedade para um estado superior (SANTOS et al, 2012, p. 46).

Ainda de acordo com Santos et al (2012, p. 48) "o desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada." Ao longo do tempo o termo desenvolvimento é compreendido como um processo, um bem estar, um crescimento econômico, um progresso, e até um crescimento humano (SANTOS et al, 2012).

O processo de desenvolvimento regional no Brasil sofreu significativas transformações durante as quatro últimas décadas, tanto em termos das dinâmicas regionais como das políticas públicas que as influenciaram (FILIPPIM, ROSSETTO, HERMES, 2005). Segundo estes autores, essas transformações têm levado à busca de soluções através de planos e programas regionais de desenvolvimento e ao estabelecimento de estratégias de integração das economias, voltadas para a promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado. Houve um aumento na demanda por bens e serviços do Estado, e com isso as compras públicas passaram a ser percebidas como uma forma de aplicar recursos públicos para apoiar ou fomentar grupos ou segmentos da sociedade considerados vulneráveis ou estratégicos para a economia nacional, tendo a capacidade de gerar emprego e renda e desenvolvimento local (CONTE, 2013).

Os desafios do desenvolvimento sustentável estão entrelaçados com os desafios da própria sobrevivência humana e do planeta e como nos afirma o autor Conte (2013, p. 6):

> O desenvolvimento é resultante da conjugação de variadas dimensões – econômica, social, cultural, política – cujo sentido último é o de constituir um processo de expansão das liberdades reais das pessoas.

Complementando a ideia de Conte, Santos et al (2012, p. 56) ressalta em relação ao desenvolvimento sustentável que:

> O modelo de desenvolvimento sustentável parte de uma visão de que a relação homem-natureza pode acontecer de forma equilibrada. Cuidar do meio ambiente não é apenas garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo, do ar, mas é garantir a convivência de todos os fatores que compõem o meio, quer sejam bióticos, abióticos, humanos ou não-humanos.

Outro aspecto importante quando se discute sobre o desenvolvimento, é esclarecer dois conceitos fundamentais que é o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento exógeno. Sendo que o que desenvolvimento endógeno significa um crescimento realizado com recursos endógenos, ou seja, recursos provenientes da própria região, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Esse desenvolvimento se desenvolve com perfil de recursos humanos locais, ou seja, o mercado interno de uma região é, em geral, função de três vetores principais: o tamanho da população regional; o seu nível geral de produtividade; o grau de concentração na sua distribuição de renda e riqueza. Quanto maior for a população, maior o nível de produtividade (quanto maior a capacidade de produzir, maior a capacidade de consumir) e mais bem distribuída é a renda de uma região, maior será a dimensão do seu mercado interno, portanto, o desenvolvimento endógeno é capaz de promover uma melhoria na qualidade de vida da população (ABDALA; SANTOS, 2007). Já o desenvolvimento exógeno significa um crescimento realizado com recursos exógenos, isto é, investimentos provenientes de fora da região, trazendo empresas e multinacionais, cuja matriz não é da região, para conseguir se desenvolver. Normalmente são empresas de porte pequeno e médio que se instalam em função de algum atrativo que a região oferece, seja por razões logísticas, ou pela disponibilidade local de recursos humanos habilitados ou outras razões (ADEJ, 2017).

Segundo o autor Silva (2014) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere às aquisições de produtos, confirma uma vasta relevância no processo de desenvolvimento regional, uma vez que essa compra é feita de fornecedores do município ou região, potencializando o Desenvolvimento regional. Os produtos devem participar das licitações, assim como as normas emitidas pelo FNDE. Portanto, o desenvolvimento regional pode ser compreendido como uma forma de melhorar os lugares pelos e para os habitantes que nela se situam, em um espaço produzido de forma coletiva por exigência da qualidade de vida dos residentes e não apenas em função das empresas.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho. Primeiramente o estudo é classificado, a seguir é apresentada a forma da coleta de dados e, consequentemente, a sua análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

3.1.1 Quanto aos objetivos

Para a construção do presente trabalho optou-se pela pesquisa descritiva, a partir dos objetivos, porque visa descrever e analisar os resultados obtidos nessa pesquisa, comparando-os com a teoria, analisar se por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar os produtores tiveram, realmente, um aumento na renda, empregabilidade e se houve um novo canal de comercialização para os seus produtos. Visto que o autor Gil (2016), afirma que as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título, como por exemplo, levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população.

3.1.2 Quanto à abordagem do problema

A abordagem da pesquisa é caracterizada como qualitativa, a fim de obter informações mais detalhadas sobre o assunto, pois segundo McDaniel e Gates (2003) a principal característica da pesquisa qualitativa é o uso de perguntas abertas, sem opções de respostas pré-determinadas, justamente pelo fato de enriquecer o leque de respostas captadas dos entrevistados. De acordo com o autor, “não existe maneira melhor do que a pesquisa qualitativa para compreender a fundo as motivações e os sentimentos dos consumidores”. Assim, Flick (2009, p.95) afirma que:

> A pesquisa qualitativa pressupõe uma compreensão diferente da pesquisa em geral, que vai além da decisão de utilizar uma entrevista narrativa ou um questionário. Dessa forma, a pesquisa qualitativa abrange um entendimento especifico da relação entre o tema e o método.

Portanto, o uso da pesquisa qualitativa é flexível e as respostas captadas são bastante amplas, logo, há a necessidade de análises bastante apuradas, para que se capture, dentro a

enorme quantidade de dados, frases e opiniões, aquelas informações mais relevantes, que auxiliarão a responder os objetivos da pesquisa.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados é o ato de pesquisar, procurar informações sobre determinado tema, de forma a facilitar uma posterior análise, uma vez que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.149) afirmam que é "a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos." O instrumento utilizado para a realização da coleta de dados foi a entrevista com roteiro semi-estruturado adaptado Campos (2011), Apêndice A, que conforme o autor Flick (2009) passaram a ser mais utilizadas, pois é mais provável que os entrevistados expressam sua visão em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário, deixando, assim, cada um deles à vontade para expor suas opiniões e considerações em relação ao tema. Portanto, foram coletados dados primários por meio da entrevista, que segundo Malhotra (2012, p.80) são definidos como "dados originados pelo pesquisador com a finalidade especifica de solucionar o problema de pesquisa."

Verificou-se junto a Rede Coopacel os associados e destes associados, todos que estão cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que vendem alimentos por intermédio da Cooperativa e que fornecem alimentos de todos os tipos, como leite pasteurizado, bebida láctea, doce de leite, queijos, ovos, frutas, pão, bolacha, cuca, verduras do tipo, alface, repolho, rúcula, almeirão, cenoura, rabanete, tempero verde, mandioca, couve-flor, brócolis e beterraba e então, são repassados para as escolas. Para finalizar com a coleta de dados, esse grupo de 6 produtores rurais foram entrevistados para se obter mais informações sobre o programa. Cabe mencionar, que os objetivos da pesquisa foram alcançados através da entrevista com roteiro semi-estruturado, ressalta-se ainda, que o objetivo específico a foi atingido com a questão número 13, o objetivo específico b foi alcançado por meio das questões número 10, 12 e 14, já o objetivo específico c foi atingido através das questões números 10, 12 e 15 e por último, o objetivo específico d foi alcançado por meio da questão número 11. Cabe mencionar, que todos os objetivos foram atingidos por meio da entrevista com roteiro semi-estruturado, ressalta-se ainda, que a coleta de dados foi realizada no mês de Setembro de 2017.

Cabe ressaltar ainda, que os entrevistados poderiam ter alguns riscos e desconfortos ao participar da entrevista, mas que poderiam ser minimizados, bem como, ao participar da pesquisa eles também teriam alguns benefícios que já foram descritos no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme Apêndice B. Lembrando que a devolutiva aos participantes será realizada futuramente, após apresentação e ajustes do trabalho final, através de e-mail e caso algum dos entrevistados não possua e-mail será feita uma visita para entregar uma cópia do trabalho.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados busca interpretar os dados coletados e transformá-los em informações, a fim de responder ao questionamento proposto no estudo, visto que os autores Marconi e Lakatos (2010, p. 151) ressaltam que "é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre fenômeno estudado e outro fatores." Pode-se considerar a análise como uma análise de conteúdo, pois a mesma foi realizada a partir das informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os agricultores. A análise dos dados ocorreu entre os meses de Setembro e Outubro de 2017.

Cabe mencionar, que a entrevista foi gravada, a transcrição da mesma foi feita através do Libre Office Write, a fim de analisar o conteúdo das falas dos agricultores, realizando a análise de conteúdo, que conforme Bardin (1977, p.31) é:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou seja, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

A análise de conteúdo foi desenvolvida por meio de categorias de análise, os quais apresentam pontos chaves que devem ser prioridade para a implementação do programa, a fim de para atingir os objetivos desse projeto.

Quadro 1- Análise de categorias

Categorias de Análise	Descrição dos termos chaves das categorias
	-Renda: Foi através do PNAE que os produtores familiares passaram a ter oportunidade de continuar nas suas propriedades, proporcionando maior inserção e atuação direta na economia local produzindo outras variedades de alimentos com a garantia de venda, contribuindo para a manutenção de hábitos alimentares saudáveis, gerando emprego e aumentando a renda das famílias rurais (MIGON, 2013). -Emprego: a importância da agricultura familiar decorre de seu papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos (CAMPOS, 2011).

Benefícios do PNAE para os agricultores	- Canal de comercialização: “A lei da merenda escolar foi um grande avanço para o nosso setor, porque abriu um vasto mercado para os produtos da agricultura familiar que às vezes, tinha dificuldade de comercializar nesse canal. Hoje, temos visto que, em alguns lugares, há mais demanda do que a capacidade de oferta.” (BAVARESCO apud PORTAL BRASIL (2014, P.1)).
Dificuldades encontradas	- Burocracia: Para que seja fornecedor, a família deve estar identificada por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). - Em caso de Grupos Formais: São os grupos dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais organizados em cooperativas e associações que possuem DAP jurídica. - Em caso de Grupos Informais: São os grupos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que possuem DAP física, organizados com o propósito de vender para a alimentação escolar. - Fornecedores individuais: produtores que possuem DAP física (MANUAL DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIA, 2016, p. 8).

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

As Categorias de análise foram identificadas a partir das diretrizes da Lei 11.947/09, que apresentam os pontos chave que devem ser prioridade para a implementação do programa. Assim sendo, na primeira categoria de análise, que são os benefícios do PNAE para os agricultores, foi analisado se houve aumento da renda das famílias que estão nesse contexto, foi também analisado se houve empregabilidade, já que alguns autores ressaltam que a mão-de-obra é basicamente do núcleo familiar e, por fim, se houve abertura de um canal de comercialização dos produtos produzidos na agricultura familiar.

A segunda categoria de análise são as dificuldades encontradas/enfrentadas pelos agricultores para fornecer alimentos para o programa, portanto, nessa categoria foi analisado quais as medidas que os produtores encontraram para fornecer alimento para o programa, assim sendo, eles precisam escolher trabalhar em associações ou cooperativas, ou seja, em grupos formais com DAP jurídica, ou por meio de grupos de agricultores que se organizam para vender os seus produtos com DAP física e também tem-se a possibilidade em trabalhar como fornecedor individual, no qual o agricultor vende individualmente seus produtos com DAP física.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o trabalho foi encaminhado para o Comitê de Ética que avaliou o instrumento de coleta de dados para que se pudesse desenvolver a aplicação com os entrevistados. O processo encaminhado ao Comitê de Ética que possui o número CAAE: 73043717.6.0000.5564 foi aprovado e posteriormente foram realizadas as entrevistas no segundo semestre de 2017.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos por meio da entrevista com roteiro semi-estruturado realizada com os seis produtores rurais do município de Cerro Largo/RS cadastrados no PNAE. Cabe mencionar, que os entrevistados foram selecionados a partir da Rede Coopacel, pois são os 6 produtores que estão cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar e fornecem alimentos de todos os tipos, como laticínios, ovos, verduras e pães, para as escolas. Ressalta-se também, que os entrevistados serão chamados numericamente de 1 à 6 para não haver identificação e não ocorrer constrangimentos, mantendo a privacidade dos entrevistados. Ressalta-se que 3 dos entrevistados possuem agroindústria legalizada.

Assim, a partir da realização da entrevista aos participantes do PNAE buscou-se identificar o perfil do produtor familiar e posteriormente saber informações a respeito de sua participação no PNAE e sua percepção a respeito deste programa.

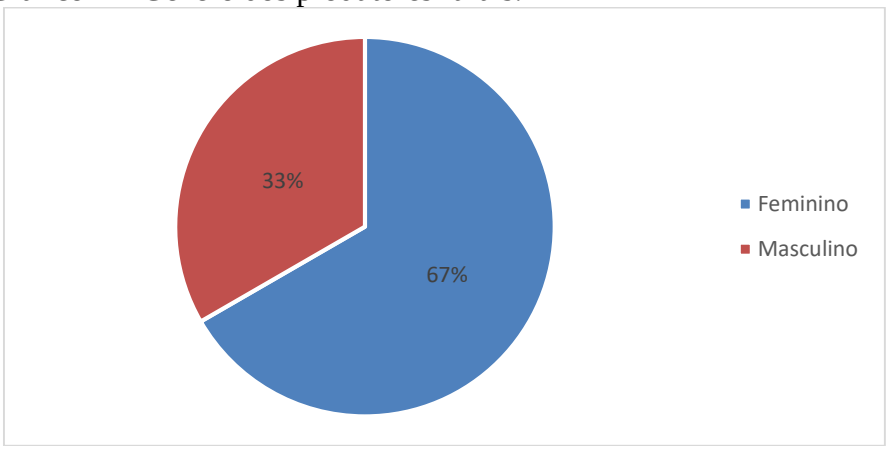
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE FORNECEM ALIMENTOS PARA O PNAE

Com o passar do tempo, vemos que a mulher está assumindo um papel primordial na agricultura, assim como destaca os autores Marion e Bona (2016, p. 2):

> Com o surgimento da agricultura familiar vemos a mulher assumir um papel cada vez mais relevante, tendo em vista a introdução da mecanização e tecnologias que facilitam as atividades quanto a necessidade de força bruta, proporcionando maior espaço de atuação às mulheres agricultoras.

Visto que, grande parte dos entrevistados que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar eram mulheres, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gênero dos produtores rurais.

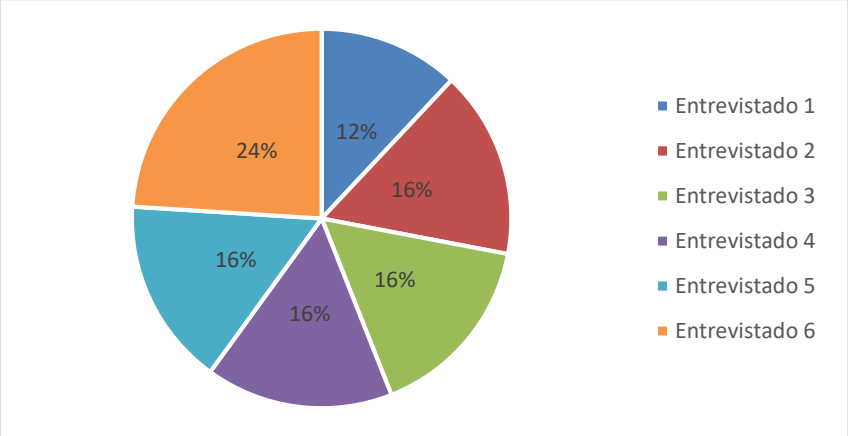


Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Percebe-se que, assim como destaca Marion e Bona (2016), nessa pesquisa as mulheres cada vez mais estão se tornando essenciais na produção de alimentos na agricultura familiar, sendo que mulheres representam 67% dos entrevistado, enquanto os homens representam apenas 33%, segundo entrevista realizada com produtores familiares.

Os entrevistados foram questionados sobre quantas pessoas trabalham na propriedade, todos responderam que trabalham juntos, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantitativo de pessoas que trabalham na produção de produtos.

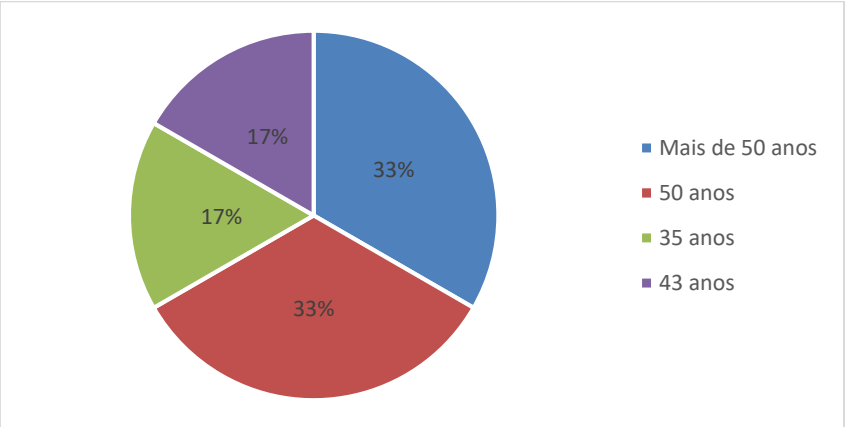


Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Dessa forma, tal informação condiz com a teoria dos autores Bittencourt e Bianchini (1996 apud TINOCO, 2008) ressaltam que agricultor familiar é aquele indivíduo que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que a base da mão-de-obra utilizada para a realização das atividades é obtida do núcleo familiar. Sendo autorizado terceirizado na propriedade, de forma temporária, quando a atividade agrícola precisar. Ou seja, condiz com o requisito da agricultura familiar, que é não haver empregados.

Em relação ao questionamento de quanto tempo residem no meio rural, dois entrevistados residem mais de 50 anos no meio rural, dois entrevistados residem exatamente 50 anos, um entrevistado reside 35 anos e outro 43 anos no meio rural, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Quanto tempo residem no meio rural.



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Quando questionados sobre exercer outra atividade, além da rural, grande parte respondeu que não possuem outra atividade, ressaltando que possuem a atividade agropecuária como fonte de renda da família, porém teve um entrevistado que mencionou que uma pessoa da família exerce outra atividade, ou seja, trabalha fora da propriedade rural. Outro entrevistado, ressaltou que ele mesmo exerce outra atividade, trabalhando também na vida pública. Assim, essa informação condiz com a pluriatividade, que segundo Schneider (2003, p. 2) acredita que "através da pluriatividade os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção assim como aumentar as fontes e as formas de acesso à renda".

Também foram questionados se participam de algum programa destinado a agricultura familiar, e assim, o entrevistado 1 declarou que participa da Rede Missioneira da Agricultura Familiar- REMAF. O entrevistado 2 esclareceu que "já de muitos anos estamos no programa de merenda escolar mesmo, desde o começo do programa." O entrevistado 3 citou que não participava de nenhum e os entrevistados 4 e 5 disseram que apenas participam da cooperativa Coopacel. O Entrevistado 6 destacou que participa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e do Programa de Aquisição de Produtos- PAA.

Quando questionados de quem eles tem auxílio ou assistência técnica quando necessitam de ajuda, 67% dos entrevistados citaram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER. As principais declarações a esse respeito são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Declaração dos entrevistados sobre Assistência Técnica na propriedade.

Entrevistados	Declaração dos entrevistados
Entrevistado 1	“Guris da Universidade, são dois estagiários que ajudam no que for preciso”.
Entrevistado 2	“Tem técnicos da Emater que trabalham tanto agroindústria como sempre e até hoje, veterinário também na área dos animais”.
Entrevistado 4	“A Emater né, técnico responsável da agroindústria auxilia a gente no ramo que a gente exerce né”.
Entrevistado 6	“A gente recorre aos próprios fornecedores né, porque eles tem muito mais experiência, eles que nos passam todas informações de doenças e produtos”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

É notável, que a maioria dos entrevistados recorrem a EMATER quando necessitam de alguma ajuda, porém existem outros técnicos que realizam essa atividade e que ajudam os produtores no que é necessário. Os entrevistados também foram questionados sobre quais produtos eles cultivam e fornecem para as escolas, a maioria deles fornecem verduras para as escolas, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Alimentos cultivados e fornecidos pelos produtores rurais.

Entrevistado	Verduras: Alface, Repolho, Rúcula, Almeirão, Cenoura, Rabanete e Tempero verde*	Frutas	Leite Pasteurizado, Bebida Láctea, Doce de Leite e Queijos	Pão, Bolacha e Cuca	Ovos	Mandioca, Couve-Flor, Brócolis, Beterraba
Entrevistado 1	**X**	**X**				
Entrevistado 2			**X**			
Entrevistado 3				**X**		
Entrevistado 4					**X**	
Entrevistado 5	**X**					**X**
Entrevistado 6	**X**					**X**

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

* No caso do Entrevistado 5, considera-se o fornecimento das verduras apresentadas na descrição, porém ele não fornece almeirão e rabanete.
* No caso do Entrevistado 6, considera-se o fornecimento das verduras apresentadas na descrição, porém ele não fornece almeirão e rabanete.

É notável que as verduras, assim como legumes, são os alimentos mais fornecidos para as escolas. Assim, ressalta-se que os produtores fornecem também outros tipos de alimentos para a alimentação escolar, conforme demonstrado acima, cada um especializado no seu ramo.

Dessa maneira, verificou-se que nas propriedades há uma estrutura de plantio que foi desenvolvida para obter um padrão de produção apropriada, conforme Anexo A, em que são apresentadas algumas figuras dos tipos de produtos que os produtores comercializam para as escolas

4.2 DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PELOS PRODUTORES PARA FORNECER PRODUTOS PARA O PNAE

Segundo Saraiva et al (2013), enfatiza que uma das diretrizes determina que, no mínimo, trinta por cento (30%) do total dos recursos repassados devem ser usados para adquirir alimentos, preferencialmente orgânicos, gerados pela agricultura familiar (AF). Assim, os entrevistados foram questionados sobre as medidas necessárias para a participação do programa, e o entrevistado 1 destacou que "precisa ser apenas alimentos orgânicos, sem veneno, sem agrotóxicos. E precisa ser produtos de alta qualidade." Os entrevistados 2 e 3 ressaltaram a legalização como uma medida a ser tomada para o fornecimento de alimentos. Cabe destacar, que três entrevistados possuem agroindústria legalizada. Assim, um entrevistado salienta que:

> Tinha que construir agroindústria, tem que ter médico veterinário responsável e fazer a cada meio ano exames dos ovos, a cada dois meses tem que mandar a água para exame e agora temos que fazer também da família que trabalha, laudo médico, porque você trabalha com alimento (ENTREVISTADO 4).

Da mesma forma, o entrevistado 5 frisou que era primordial "a estrutura, fazer estufas para as verduras." Assim, o entrevistado 6 ainda destacou que "primeiramente era procurado os grupos formais, e não tinha, daí foram os informais e daí não teve problema, só se enquadrar, dentro das datas."

4.3 OPORTUNIDADES DE TRABALHO OBTIDAS A PARTIR DO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA O PNAE

Sabe-se que, muitas regiões têm como a principal atividade econômica, a produção familiar, e esta precisa ser fomentada, pois a gama de oportunidades para os produtores no que tange a empregabilidade e renda é muito importante. Dessa maneira, os entrevistados

foram questionados sobre as oportunidades de trabalho, e a grande maioria concordaram que existia novas oportunidades de trabalho, porém somente um entrevistado destacou que para ele não existe essa oportunidade. Assim, o entrevistado 1 destacou que “tem sim novas oportunidades de trabalho. Plantar mais, produzir mais coisas para a comercialização”.

Da mesma forma, o entrevistado 4 revelou que “sim, aumentou o trabalho mas em compensação a renda também aumentou, o próprio sistema”. Assim também, o entrevistado 5 frisou que “sim, pois quanto mais consumo mais produção, portanto quanto mais produção mais mão-de-obra.”

Portanto, constatou-se que, por meio do programa, os produtores tiveram a oportunidade de permanecer no campo, ampliando sua produção, proporcionando emprego para toda família e, consequentemente, gerando renda.

4.4 NOVAS OPORTUNIDADES DE ACESSO AO MERCADO A PARTIR DO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA O PNAE

Sabe-se que com o programa PNAE os produtores conseguirAm comercializar seus produtos em novos mercados da região, e assim Bavaresco (S/D apud PORTAL BRASIL, 2014, p.1) salienta que:

> A lei da merenda escolar foi um grande avanço para o nosso setor, porque abriu um vasto mercado para os produtos da agricultura familiar que às vezes, tinha dificuldade de comercializar nesse canal. Hoje, temos visto que, em alguns lugares, há mais demanda do que a capacidade de oferta.

Dessa forma, os entrevistados foram questionados sobre oportunidades de acesso de mercado e em relação a esse questionamento todos responderam que sim e assim destaca-se que:

> Sim. Abriu novos canais de comercialização através do programa, temos dois mercado, o Jaeschke e o São Roque e na Coopacel, no quiosque. As pessoas começaram a procurar mais alimentos orgânicos. E agora encomendamos também o selinho para identificação, que é da ecosvida e dos orgânicos (ENTREVISTADO 1).

Dessa mesma maneira, ressalta-se que:

> Institucional está meio parado, mas assim, é um meio de propaganda também, até os próprios professores viram consumidores e vai abrindo, é um, acho que é algo, como é um programa sério e se você não tem queixas da instituição perante disso é uma credibilidade que a gente tem a mais (ENTREVISTADO 2).

Complementando, outro entrevistado enfatizou que:

> É que do início eu comecei aqui no município, depois comecei a fornecer em Cerro Largo né, e para mim a maior oportunidade, que hoje to muito feliz, é por intermédio da Coopacel que eu estou atendendo a Universidade Federal, a UFFS, porque ali o consumo é grande, atende 500 almoços diários, ali eu to feliz (ENTREVISTADO 6).

Assim também, os entrevistados 4 e 5 destacaram que já foram vendidos alimentos para outros municípios e que até as escolas particulares ficam conhecendo os produtores que fornecem alimentos. Portanto, percebe-se que o programa abriu novos mercados para os produtores comercializarem seus produtos.

4.5 DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS NO PNAE

Os entrevistados ressaltaram que não tiveram muitas dificuldades, pois fizeram quase tudo particular, porém destacaram alguns obstáculos pelos quais passaram, assim um entrevistado destacou que:

> Não tinha muitas dificuldades, pois fizemos mais ou menos tudo por conta própria, porém, as vezes a qualidade porque é muito exigente, muitos querem todos alimentos no mesmo padrão. Até mesmo a questão dos certificados é algo burocrático e tem que ter tudo certo para ganhar o certificado de alimentos orgânicos (ENTREVISTADO 1).

Da mesma forma, outro entrevistado ressaltou que:

> Não, nós não tivemos dificuldades porque nós estávamos legalizados já e a grande exigência no momento era a legalização e depois o que nós segurou um pouquinho que a gente não pode atender a demanda que tinha por nos faltar uma máquina, de envaze, mas a gente acabou adquirindo ela e conseguimos suprir (ENTREVISTADO 2).

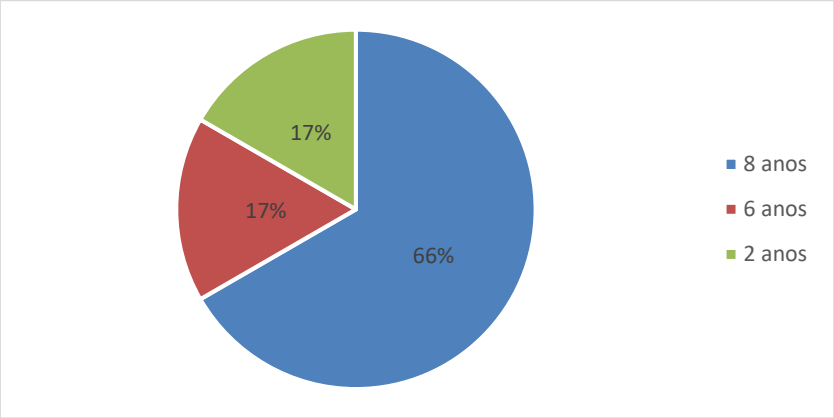
Assim, o terceiro entrevistado citou a legalização, organização, higiene do ambiente como uma dificuldade. O entrevistado 4 frisou que “o mais difícil foi a gente conseguir se enquadrar tudo na lei, legislação, porque às vezes uma impedia a outra, até se ajustar todas daí.” E o entrevistado 5 destacou que foi “principalmente a estrutura, o investimento financeiro, para se instalar.” Já o entrevistado 6 ressaltou que “mas ai eu não vi nenhum empecilho, porque o nosso produtos não precisa ter a vigilância sanitária né, a expeção, não vejo nenhum problema.” Portanto, percebe-se que para alguns entrevistados não existiam dificuldades extremas, porém para outros haviam, tendo como prioridade a legalização e a estrutura, conforme cada setor.

4.6 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE está vinculado ao Ministério da Educação e recebe recursos do FNDE, e segundo Campos (2011) “o PNAE é um programa do Governo Federal para os municípios que tem a finalidade de complementação de renda familiar para agropecuaristas que fazem parte da agricultura familiar.”

Assim, os entrevistados foram questionados sobre o programa PNAE para obter-se maiores informações sobre este. Dessa forma, quando questionados sobre a participação no PNAE todos responderam que participam do programa PNAE. Logo, foram questionados a quanto tempo participam do programa, a maioria responderam que participam desde o início do programa, ou seja, aproximadamente uns 8 anos, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Anos de participação no PNAE



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Assim, é notável que mais da metade dos entrevistados, representando 66% da amostra, já participam do programa desde o seu início, ou seja, tendo 8 anos de participação.

Em seguida foram questionados como ficaram sabendo do programa, o entrevistado 1 ressaltou que “fiquei sabendo através da Coopacel, a Coopacel começou e veio convidar nós para participar do programa”. Outros três entrevistados responderam que foi na época o pessoal da Emater que divulgou o programa. O entrevistado 4 e 5 também destacaram que foi o Sindicato e a Cooperativa Coopacel que divulgaram o programa PNAE.

O PNAE teve grande participação na vida dos produtores, pois alavancou a produção e consequentemente a venda e assim também aumentou a renda das familiar rurais. E Migon (2013) destaca que por meio do PNAE as famílias rurais passaram a ter a oportunidade de continuar nas suas terras, proporcionando maior inserção e atuação direta na economia local produzindo outras variedades de alimentos com a garantia de venda, e assim contribuindo

para a manutenção de hábitos alimentares saudáveis, gerando emprego e aumentando a renda das famílias rurais. Deste modo, quando os produtores entrevistados foram questionados sobre o que cada entrevistado acha do programa, todos responderam que acham o programa bom, porém o entrevistado 1 menciona que falta mão-de-obra para a produção dos alimentos.

Assim como o entrevistado1, ressalta-se o que declarou o entrevistado 2:

> Ele já esteve melhor no começo, era adquirido muito mais produtos, hoje tudo encareceu, as verbas das escolas em partes diminuiu, o valor por aluno eu creio que não alterou daquela época, então, praticamente diminuiu por causa de valores, eu acho que os valores deveriam ser reajustados para as escolas. (ENTREVISTADO 2)

O entrevistado 3 destacou que "é bom, bom pro interior, para nós porque aqui gerou serviço coisas que não tinha antes". Da mesma forma, o entrevistado 4 frisou que "é bom porque tu tem um valor x a vender, venda certa né, e o dinheiro fica na região." O entrevistado 6 também destacou que "eu acho bom, só que o problema é que o nosso município é muito pequeno, é muito restrito, tu não tem como viver sobre a produção disso ai né, mas em municípios grandes eu acho muito interessante, acho muito bom."

É notável que o Programa Nacional de Alimentação Escolar proporciona muitos benefícios aos produtores e a Emater do Paraná (2014) destaca alguns, como a criação de mercado para os seus produtos, a valorização da produção de alimentos locais e regionais, o incentivo a organização/cooperação dos agricultores, o incentivo ao empreendimento local e novas oportunidades de negócios e geração de emprego e renda. O PNAE contribui também para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, contribui com a aprendizagem e com o rendimento escolar, e principalmente com uma formação alimentar saudável. Desta maneira, os entrevistados também destacaram alguns benefícios que o programa trouxe, assim sendo, um entrevistado destacou que:

> A manutenção da propriedade, agora com o grupo dos orgânicos melhorou bastante, tem a feira na praça também todas as terças-feiras, e acaba faltando produtos para venda. E acredito também que um benefícios importante é a renda, pois o sustento da família é através da venda desses produtos para o programa (ENTREVISTADO 1).

Na mesma ideia do entrevistado 1, o segundo entrevistado ressaltou que:

> Bem interessante por causa que é trabalhando em cima de um cronograma que tu tem quantia certa, dia certo, entrega no lugar certo e pagamento certo também, então ao vez de tu ir procurar digamos de casa em casa, não, em tal dia, em tal escola, tanto pra entregar e principalmente a gente recebe no final, essa oscilação de pagamentos não ocorreu até hoje. Claro vai desenvolvendo porque você precisa colaboradores, você pode ampliar a matéria prima, e isso vai aumentando e é uma renda mais ou menos fixa e por ser tipo ser bem estipulado datas, horário, quantias, é bem interessante (ENTREVISTADO 2).

Assim, outro entrevistado salientou:

> Renda extra, emprego para outras pessoas da região, mas principalmente renda extra, porque da agricultura, só da agricultura é difícil, e nós começamos pra pouco e automaticamente ela ajudou muito, e gerou novos canais de comercialização, novas escolas, novos municípios (ENTREVISTADO 3).

Ainda, o quarto entrevistado frisou que "a realidade assim, ele ajuda porque você sabe o valor x que recompensa na venda né, daí tu já sabe se programar." Assim também, outro entrevistado ressaltou que:

> Mais um canal de comercialização, atinge diretamente o consumidor final, que é o meio que faz a propaganda né, que leva adiante o nome, e é o produto que tu ganha pago, apesar de demorar 30, 40 dias, mas tu recebe e não tem troca né, no comércio, no supermercado o produto que não é vendido é trocado, e no PNAE não tem isso (ENTREVISTADO 6).

Os entrevistados também foram questionados se fornecer produtos para as escolas auxiliou no desenvolvimento da região, todos responderam que sim, e assim o entrevistado 1 destacou que "eu acho que sim, porque muitos procuram esses alimentos, dizem que tem outro gosto, é muito melhor, é mais saudável." Dessa maneira, um entrevistado ressaltou que:

> Para nós agroindústria sim, bastante, é uma garantia realmente, daí que nem no período me faltou a máquina e era cara, com essa venda programada, quantia, o valor calculado durante o ano eu não tive nem dúvidas e poder adquirir a máquina e cumprir com o pagamento, então é uma forma bem segura de trabalhar, é bem interessante (ENTREVISTADO 2).

Desta forma, tal informação condiz com a teoria de Silva (2014) que revela que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere às aquisições de produtos, confirma uma vasta relevância no processo de desenvolvimento regional, uma vez que essa compra é feita de fornecedores do município ou região, potencializando o Desenvolvimento regional.

Em relação ao questionamento sobre melhoria no fornecimento de alimento, dois dos entrevistados ressaltaram que está bom como está, e o entrevistado 4 complementa que "no setor em qual eu me enquadro tá legal, mas tem setores que deveria uma fiscalização mais rigorosa porque é um alimento."

E o entrevistado 5 salientou que "já estamos no máximo, no meu ponto de vista é o máximo já." Porém, o entrevistado 1 ressaltou que "poderia sim haver uma melhoria no fornecimento. As crianças devem cada dia mais ter alimentos saudáveis nas escolas para se alimentar.", e complementando a fala do entrevistado 1 outro entrevistado enfatizou que:

> Eu vejo que poderia ser 100% e a tratativa que nem foi do começo que depois acabou havendo interferência de cooperativas, nada contra cooperativas, mas com isso reduziu um pouco a compra também, a compra direta nós agroindústrias com as entidades e se tornando 100% a gente até consegue por um preço melhor (ENTREVISTADO 2).

Assim também, outro entrevistado salientou que:

> Eu acho que pode, porque a gente participa de reuniões que no mínimo 30% tem que ser comprado da agricultura familiar, e os municípios não estão atingindo isso ai, e pode chegar até 100%, quer dizer que estamos hoje perdendo 70, 80, 90% de oportunidade, até porque não tem produtos, mas eu acho que a oportunidade é grande (ENTREVISTADO 6).

Quanto ao questionamento sobre a importância de fornecer alimentação saudável para as escolas, todos responderam que é muito importante. Cabe destacar, que o aumento no consumo de alimentos industrializados pode reduzir o consumo de alimentos "in natura" (AQUINO, 2002 apud SAVOIA et al, 2009). Assim, um entrevistado destacou que:

> Com certeza, eles são nós amanhã. Temos que cuidar deles ali desde pequenininhos. Até um fato assim que a gente não tinha se tocado, tudo bem a gente se programou que o que não seria para mim eu não faria para os outros, ai chegando numa creche um dia entregar, daí uma senhora disse: vocês que estão trazendo leite? Estamos. E ela disse, sabe que meu filho tinha problemas estomacais, diarreia, e não sei o que, e ele mudou a alimentação aqui na creche ele parou com aquilo, não precisou mais ir no médico, ele está engordando, ta com apetite, isso foi do leite. Então, tem muitas refeições que estão substituindo, digamos entra uma bolachinha, como a gente costuma dizer uma "porcaria", aquelas guloseimas que a gente mesmo consome também, mas pelo menos três vez por dia ter uma comida, comida, algo que sustente mesmo, isso dá um diferencial. Ensinar desde pequenos é interessante (ENTREVISTADO 2).

Da mesma forma, o entrevistado 3 mencionou que "é importante, é interessante, a gente nota que nem a própria nutricionista exige isso, já cuida as coisas que ela compra, que nem o tipo de bolacha, se é mais amanteigada, coisa mais gordurosa ela não pega." O entrevistado 4 também acha muito importante esse fornecimento e ressaltaou que "com certeza é muito importante, porque é saúde né, envolve a saúde." O entrevistado 6 também salientou que:

> Mas com certeza porque é um incentivo a mais de consumir o produto nosso, incentivo para o nosso produtor, para ficar no meio rural, porque é mais uma fonte de renda que tu ta recebendo no interior né, acho muito interessante o incentivo as pessoas a permanecer no meio rural (ENTREVISTADO 6).

Assim, o PNAE visa atender as necessidades das instituições, fazendo com que tenham acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, garantindo a segurança alimentar e nutricional de todos os alunos. Todas informações se relacionam com a teoria de Aquino (2002 apud SAVOIA et al, 2009) que destaca que o aumento da oferta de alimentos

industrializados podem influenciar os padrões alimentares da população, principalmente a infantil, visto que os primeiros anos de vida se destacam como um período muito importante para o estabelecimento dos hábitos. Sabe-se que o excessivo consumo de alimentos industrializados pode prejudicar a saúde na fase inicial até na fase adulta. Muitos alimentos industrializados são ricos em gorduras e carboidratos refinados, apontando elevado valor energético. Dessa forma, o aumento no consumo de alimentos industrializados pode reduzir o consumo de alimentos “in natura”.

Portanto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar além de possibilitar benefícios à saúde, melhora o consumo alimentar dos alunos com o aumento da variedade e quantidade, principalmente vegetais e frutas, pois pode haver diminuição de produtos industrializados e um aumento de alimentos produzidos nas propriedades rurais da região, garantindo, assim, uma segurança alimentar escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, há uma preocupação com a maneira que os alimentos estão sendo produzidos, uma vez que as pessoas estão buscando cada vez mais produtos livres de agrotóxicos, cultivados com base nos princípios agroecológicos, garantindo a segurança alimentar da população (FANTINELI, CARDOSO E ULIANA, 2016). Porém, há uma falta de incentivo à agricultura familiar, fazendo com que ocorra um esvaziamento no meio rural. Por isso, necessita-se de políticas públicas que fomentam à agricultura familiar, por meio de programas e projetos, que possibilitam expandir sua capacidade produtiva, aumentando a renda familiar e assim, consequentemente, permitindo que as pessoas continuem residindo no meio rural, fortalecendo a agricultura familiar.

Em vista disso, o PNAE é um programa que complementa a renda das famílias que residem no meio rural. Através do programa os produtores tem a oportunidade de ampliar sua produção, proporcionando emprego para a família, pois envolve a família na produção e gera renda. Assim, o programa é considerado adequado para todos os produtores entrevistados, e também para os alunos que consomem esses alimentos, garantindo uma alimentação saudável.

Desta forma, o objetivo geral do estudo de investigar os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas, conforme percepção dos gestores da propriedade, foi alcançado ao verificar que o programa proporciona vários benefícios para o produtores, sendo renda, canais de comercialização, geração de emprego, manutenção da propriedade e tem uma quantidade certa de venda com garantia certa de pagamento.

Logo, objetivos específicos também foram alcançados, sendo o primeiro objetivo específico descrever as medidas tomadas pelos produtores da agricultura familiar para fornecer alimentos para o PNAE, assim, três produtores afirmaram que não tiveram que tomar medidas para fornecer produtos para o PNAE, pois já possuíam agroindústria legalizada. Os outros entrevistados destacaram que é necessário produzir produtos orgânicos, é necessário uma estrutura adequada para a produção e é preciso se enquadrar em um cronograma para entrega dos alimentos. O segundo objetivo específico de identificar, conforme a percepção do produtor familiar, as novas oportunidades de trabalho, dessa maneira 83,3% dos produtores acreditam que houve novas oportunidades de trabalho para a família, gerando assim mais produção e consequentemente mais renda para a família, porém, somente 16,7% enfatiza que para eles não existe essa oportunidade.

O terceiro objetivo específico é identificar, conforme a percepção do produtor familiar, as novas oportunidades de acesso ao mercado, e assim todos os entrevistados concordaram que houve novas oportunidades de acesso de mercado para a comercialização dos produtos, que por meio do programa novos mercados começaram a comprar os produtos deles. O último objetivo específico é apresentar as dificuldades encontradas no fornecimento de produtos no PNAE, deste modo, parte dos entrevistados não tiveram dificuldades para o fornecimento de alimentos, pois já estavam legalizados e faziam de maneira própria, porém, alguns citaram a qualidade dos produtos, a legalização, a organização, a higiene, a estrutura, ou seja, o investimento financeiro como um empecilho para o fornecimento, mas que não era algo impossível de ser realizado.

Em suma, destaca-se a importância que o Programa Nacional de Alimentação Escolar traz para os agricultores e, principalmente, para as escolas, promovendo a segurança alimentar e nutricional para os alunos matriculados (AZEVEDO, 2014). Porém, é preciso que os gestores públicos empenham-se em elaborar mais políticas públicas que contemplem os agricultores, para que possam seguir adiante na agricultura familiar, e que cumpram com o percentual estabelecido na Lei n° 11.947/2009, no sentido de auxiliar os agricultores à comercializarem seus produtos, gerando renda e desenvolvimento da região, além de oferecer produtos de maior qualidade para as escolas (AZEVEDO, 2014).

Espera-se que este trabalho sirva de referência ou de auxílio para todos aqueles que pretendem se inserir nesse mercado, tanto por parte de organizações de agricultores quanto por parte de Estado e prefeituras municipais especialmente, como instrumento para planejamento das políticas públicas da região de Cerro Largo/RS.

Recomenda-se como pesquisa futura, uma ampliação desse estudo, expandindo para outros municípios, outras cidades, consequentemente, aumentando a amostra, para averiguar as percepções dos produtores de outras regiões a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e se os agricultores também obtém vários benefícios, por meio do programa, confirmando ou não, o que constatou-se junto aos produtores de Cerro Largo/RS, a fim de apresentar mais subsídios que possibilitem a elaboração de mais políticas públicas que contemplem os agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, K. O.; SANTOS, M. M. Políticas agrícolas, desenvolvimento regional e agricultura familiar. **Estudos**, Goiânia. Vol. 34, n. 9/10, p. 677-693, Set./Out. 2007.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO - ADEJ. **O desenvolvimento.** Jundiaí. 2017. Disponível em: <http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp>. Acesso em: 21 de Abril de 2017.

AZEVEDO, R. F. O. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar**: virtudes e problemas de gestão. 2014. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Edições 70. São Paulo, 1977.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista eletrônica Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte. Vol. 5, n. 11, p. 121-136. Maio/Agosto, 2011.

CAMPOS, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas**: avaliação do programa nacional de alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR. 2011, 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Curitiba, 2011.

CENSO AGROPECUÁRIO. **Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.** IBGE. Rio de Janeiro/RJ, 2006.

CoDAF. **A importância da Agricultura Familiar.** São Paulo. [s.n], 2016. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br/agricultura-familiar/a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 de Abril de 2017.

CONAB. **Semagric apoia "Feira de abastecimento popular" e incentiva Agricultura Familiar.** 2016. Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/semagric-apoia-feira-abastecimento-popular-e-incentiva-agricultura-familiar>. Acesso em: 17 de março de 2017.

CONTE, N. C**.** O poder de compras dos municípios como fator de desenvolvimento local/regional. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2013, Santa Cruz do Sul / RS. **Anais eletrônicos**...Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/18-2.pdf>. Acesso em 21 de Abril de 2017.

DINARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. Vol.2, n.3, Jul./Set. 2001.

EMATER. **Projeto mercados institucionais PNAE e PAA.** Curitiba/PR, 2014. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>. Acesso em: 15 de Abril de 2017.

FANTINELI, D. G.; CARDOSO, E. S.; ULIANA, D**.** A agricultura familiar para o fortalecimento da segurança alimentar. **Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção-SBSP**. Pelotas-RS, julho, 2016.

FILIPPIM, E. S.; ROSSETTO, C. R.; HERMES, F. M. F. A gestão do desenvolvimento regional: análise de uma experiência no Meio-Oeste Catarinense. Cad. EBAPE.BR, vol.3, n.2, Rio de Janeiro, July 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIAN, F. **Política pública de alimentação e nutrição:** o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) e o programa de aquisição de alimentos (PAA) em Araraquara-SP. 2014. 115 f. Tese (Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, 2014.

FNDE. **Manual para aplicação de testes de aceitabilidade no programa nacional de alimentação escolar** - PNAE. Centro colaborar em alimentação e nutrição escolar cecane - UNIFESP, 2010. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5166-manual-para-aplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae>. Acesso em: 22 de Abril de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, O. C.; SILVA, W.S. **Agricultura Familiar:** análise a partir da fundamentação de autores acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**.** (S/D). Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Agricultura%20Familiar%20-%20Enviar.pdf>. Acesso em: 21 de Abril de 2017.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**. Vol.13, n. 1. Junho 2012.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 6. ed. Porto alegre: Bookman, 2012.

MANUAL de aquisição de alimentos. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.** 2. ed., n. 4, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, A. A.; BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar.** Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/227.pdf>. Acesso em: 01 de Novembro de 2017.

MCDANIEL, C.; GATES, R. **Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MIGON, N. **O impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Sertão/RS:** uma oportunidade para a agricultura familiar e um benefício para os alunos. 2013, 25f. Artigo (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sócias e Humanas, Curso de Especialização em Gestão Pública, EaD, RS, 2013.

NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar:** uma experiência no Oeste do Paraná. 2. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

PORTAL BRASIL. **Merenda escolar utiliza cada vez mais produtos da agricultura familiar.** 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 19 de março de 2017.

PORTUGAL, A. D. O Desafio da Agricultura Familiar. **Revista Agroanalysis**, março, 2004. Disponível em: <https://ruralsustentavel.wordpress.com/2013/12/11/desafio-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de Programas Públicos de alimentação na reaproximação do pequeno com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

REINACH, S.; CORÁ, M. A. J.; BONDUKI, M. R. P. C. **A Inclusão da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. In: EnANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

RIBEIRO, G. N. M.; SILVA, J. B. L. A alimentação no processo de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**. Vol. 4, n. 2, p.77-85, Ago./Dez, 2013.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.** Ano 2, n. 1, julho, 2012.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/RJ. Vol. 18, n. 4, p.927-935, 2013.

SAVOIA, R. P. et al. Importância da merenda escolar no desenvolvimento físico e cognitivo durante a aula de educação física. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 14 - Nº 137 - Octubre de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd137/importancia-da-merenda-escolar.htm>. Acesso em: 26 de março de 2017.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? **FRAGMENTOS DE CULTURA**, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Cartilha de acesso ao Pronaf –** Saiba como obter crédito para a agricultura familiar. 2011/2012. Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2017.

SICREDI. Portal do cooperativismo financeiro. **Agricultura familiar representa 56% da produção agrícola mundial e 70% da origem dos alimentos no Brasil.** 2014. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/05/agricultura-familiar-representa-56-da-producao-agricola-mundial-e-70-da-origem-dos-alimentos-no-brasil/>. Acesso em: 10 de Abril de 2017.

SILVA, F. M. **Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) e a Promoção do Desenvolvimento Regional**: o Caso de São Luis do Paraitinga-SP. In: XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Outubro, 2014.

SINGER, P. **As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária**. Proposta. Fase Solidariedade e Educação. Rio de Janeiro. n. 97. Jun./Ago. 2003.

SIZER, F. S.; WHITNEY, E. **Nutrição:** Conceitos e Controvérsias. 8. ed. Barueri: Manole, 2003.

SOCHER, P. R. **Políticas públicas voltadas para o cidadão como ator principal da esfera pública.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em organizações e desenvolvimento) - UNIFAE Centro Universitário. Curitiba, 2008.

SODRÉ, M. T.; SALAMONI, G**.** Contribuições dos mercados institucionais ao desenvolvimento territorial rural: a atuação de PAA e PNAE focalizada sob uma perspectiva sistêmica. **Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção- SBSP**. Pelotas-RS, julho, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, Jul-Dez, 2006.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/22916137/212196386/name/POLITICAS+PUBLICAS+E+O+DESENVOLVIEMNTO+LOCAL.pdf.>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

TEODORO, P. A. V. B. et al. **Agricultura Familiar**: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: 2° SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. Unioeste - Campus de Cascavel. Outubro, 2005.

TINOCO, S. T. J**.** Conceituação de Agricultura Familiar – uma revisão bibliográfica. **INFOBIBOS** - INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS, 2008. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm>. Acesso em: 25 de Abril de 2017.

ANEXO A- Figuras dos produtos cultivados e fornecidos pelos produtores familiares de Cerro Largo/RS.

Figura 1 – Rúcula fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 5, 2017.

Figura 2 – Rúcula fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 5, 2017.

Figura 3 – Queijo fornecido para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 2, 2017.

Figura 4 – Cuca fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 3, 2015.

Figura 5 – Cuca fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 3, 2015.

Figura 6 – Ovo fornecido para as escolas.

Fonte: Acervo do entrevistado 4, 2017.

Figura 7 – Alface fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 5, 2017.

Figura 8 – Alface fornecida para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 6, 2017.

Figura 9 – Agrião fornecido para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 6, 2017.

Figura 10 – Repolho fornecido para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 6, 2017.

Figura 11 – Diversos alimentos fornecidos para as escolas.

Fonte: Acervo do Entrevistado 6, 2017.

APÊNDICE A- Roteiro semi-estruturado para entrevista com os agricultores

Questão 1: Quantas pessoas são da família?

Questão 2: Quanto tempo reside no meio rural?

Questão 3: Exerce outra atividade a não ser rural?

Questão 4: Você participa de algum programa destinado à agricultura familiar?

Questão 5: Para auxiliar na propriedade, você tem auxilio ou assistência técnica de quem?

Questão 6: Você participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Questão 7: Há quanto tempo você participa deste programa?

Questão 8: Como você ficou sabendo do programa?

Questão 9: Quais os produtos que você cultiva e fornece para as escolas por meio do programa?

Questão 10: Você como um(a) agricultor(a) rural, o que acha deste programa?

Questão 11: Quais as dificuldades que você encontrou/enfrentou para conseguir se enquadrar no programa?

Questão 12: Na sua visão, quais são os benefícios que o programa oferece?

Questão 13: Quais medidas que você teve que tomar para poder fornecer alimentos para o PNAE?

Questão 14: Você como um(a) produtor(a) rural, percebe que houve novas oportunidades de trabalho e acesso ao mercado através do programa? Quais?

Questão 15: Você como um(a) produtor(a) rural, percebe que houve novas oportunidades de acesso ao mercado através do programa? Quais?

Questão 16: Na sua percepção, fornecer produtos para o PNAE auxiliou no desenvolvimento da região?

Questão 17: Você acha que poderia ter uma melhoria no fornecimento de alimentos para a alimentação escolar?

Questão 18: Na sua percepção, é importante fornecer alimentação saudável para as escolas?

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Para agricultor (a)

AGRICULTURA FAMILIAR E BENEFÍCIOS DO PNAE PARA OS PRODUTORES DE CERRO LARGO/ RS.

Prezado(a) participante,

Convidamos você a participar da pesquisa, Agricultura Familiar e Benefícios do PNAE para os produtores de Cerro Largo/ RS, desenvolvida pela aluna Mariele Juliane Kessler, discente do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* de Cerro Largo, sob orientação da Professora Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

O objetivo central do estudo é investigar os benefícios do PNAE para os produtores da agricultura familiar de Cerro Largo/RS que fornecem alimentos para as escolas, conforme percepção dos gestores da propriedade. Esse estudo se torna ainda mais relevante para os agricultores, pois representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo e é de suma importância para os alunos da rede pública de ensino, pois é o acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas e é um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais.

O convite para participar desta pesquisa deve-se ao seu fornecimento de alimentos para as escolas. Sua participação é importante no desenvolvimento da pesquisa, porque, a partir das informações obtidas, será possível concretizar o estudo a respeito dos benefícios que os agricultores obtiveram através do PNAE em Cerro Largo/RS.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração para a realização deste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira, caso decida não consentir sua participação ou desistir da contribuição. Contudo, ressalta-se, novamente, que ela é muito importante para a execução e concretização da pesquisa. Você não receberá remuneração e

nenhum tipo de recompensa para participar desta pesquisa, portanto, sua participação é voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas por você, já que o material será armazenado em local seguro e apenas o pesquisador e sua professora orientadora terão acesso direto aos dados obtidos por meio da entrevista. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder a um roteiro de entrevista semi-estruturada. A entrevista será aplicada e, posteriormente, transcrito para analisar, em profundidade, o conteúdo das respostas. O tempo de duração da entrevista é de, aproximadamente, uma hora e trinta minutos. A entrevista será transcrita pelo pesquisador, ficando em um banco de dados organizado pelo pesquisador, estando disponível para consulta a qualquer tempo.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

( ) Autorizo a gravação ( ) Não autorizo a gravação

Você não correrá o risco de ser identificado. Os riscos de constrangimento ou desconforto, quando ocorrer, ao responder uma pergunta de cunho pessoal ou relativa ao empreendimento rural, você poderá solicitar ao pesquisador que lhe forneça uma folha de papel para que escreva a sua resposta, sem a presença do pesquisador em ato de entrevista, podendo colocar essa folha de respostas em um envelope e lacrá-lo para posterior averiguação, por parte do pesquisador, ou, ainda, poderá deixar em branco, questões se lhe bem entender, ou ainda, escolher local reservado para responder as questões a fim de minimizar riscos e desconfortos. Esses encaminhamentos que serão realizados para reduzir os efeitos, dos riscos e constrangimentos, consistindo em preservar o diagnóstico da pesquisa e manter a integridade do participante em todas as etapas dessa pesquisa porque não se divulgará o nome do participante.

Para ocorrer uma redução do constrangimento o respondente, terá, ainda, a opção de, a qualquer tempo, não responder a alguma questão, bem como será proposto que o local seja reservado para responder as questões.

Essa pesquisa trará benefícios para os entrevistados no que se refere a um maior conhecimento sobre o programa, identificando junto aos agricultores como eles podem

compreender que acontece a qualidade de vida e de que forma o PNAE pode contribuir para o aumento da renda e emprego e ter o seu sustento no meio rural.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicados em periódicos científicos, mantendo sigilo dos dados pessoais. Além disso, após a conclusão da pesquisa você receberá o retorno a respeito dos resultados encontrados. A devolutiva será dada a você por meio de e-mail ou para os que não tiverem e-mail será devolvida uma cópia impressa através de uma visita que será realizada. Cabe informar que os dados coletados ficarão por cinco anos de posse dos pesquisadores e após esse prazo eles serão destruídos.

Caso concordem participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Você não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Desde já agradecemos sua participação!

Cerro Largo, RS, ____ de _____de 2017.

_____

Profa. Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Telefone: (55)3359 3950, ramal 4233 / e-mail:denise.fernandes@uffs.edu.br / Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS –Campus Cerro Largo, Rua Major Antônio Cardoso,590, Cerro Largo–RS –CEP:97900-000.

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

E-mail: _____

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel e Fax: (49) 2049 3745 / e-mail: cep.uffs@uffs.edu.br
Endereço: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS–Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D–CEP:89802-210-CaixaPostal181 – Centro -Chapecó–Santa Catarina– Brasil.